

brasília

JANEIRO
DE
1957

ANO 1 NÚM. 1

55 anos depois, a história é recontada

Uma lei sancionada em 19 de setembro de 1956 pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, mudou para sempre a história de nosso país. O documento tratava da transferência da Nova Capital, dando início à saga de construção da capital de todos os brasileiros, a Capital da Esperança. Essa lei dava nome à nova cidade, definia sua localização e criava a empresa responsável por fazer do sonho realidade: a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a NOVACAP.

Com o objetivo de dar transparência aos atos públicos de então - como uma espécie de antecessora da nossa contemporânea Lei de Acesso à Informação -, o mesmo texto determinava que todos os atos administrativos da Novacap fossem publicados em boletim mensal, distribuído no Congresso Nacional, ministérios, repartições, sedes de entidades de classe e órgãos de publicidade.

Nascia, assim, a Revista Brasília. Publicação que entrou em circulação nacional pela primeira vez em janeiro de 1957. Durante quatro anos, os brasileiros acompanharam mensalmente o surgimento de nossa cidade.

Esse foi o documento impresso mais importante sobre a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. A publicação é, ainda hoje, um dos principais instrumentos de pesquisa para aqueles que desejam reconstruir ou se aprofundar na história da formação do Distrito Federal.

A primeira edição está esgotada desde 1957. Decidimos nesta gestão, 55 anos depois, relançar esse primeiro volume, resgatando o início da construção do aeroporto de Brasília, a apresentação das maquetes do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel, bem como detalhes do Catetinho, a primeira residência oficial do Presidente da República em terras brasilienses. O sonho de Dom Bosco, com sua "previsão" de que aqui surgiria uma nova e próspera cidade, também está entre os temas tratados nesta primeira edição.

Assim como o volume original, este também será distribuído gratuitamente: desta vez, em bibliotecas, escolas públicas e particulares, órgãos federais e do GDF, Câmara Legislativa e Congresso Nacional. Serão 3 mil exemplares.

Reeditar a edição nº 1 da Revista Brasília não é mero ato de governo - por meio da parceria entre a Casa Civil e o Arquivo Público do Distrito Federal. Significa o resgate de um documento fundamental para compreender o projeto de Brasília, a formação de sua história e de sua identidade. É uma honra e uma pequena contribuição para fazer de Brasília essa capital grandiosa, do tamanho do sonho de JK e de todos os brasileiros.

Agnelo Queiroz

Governador do Distrito Federal

Testemunha de um sonho há 55 anos

A Revista Brasília é uma das publicações mais importantes da história da nova capital da República, uma vez que foi testemunha da construção do sonho de Juscelino Kubitschek. Em suas páginas foram registrados o dia a dia, os bastidores, a rotina, os esforços humanos e administrativos daqueles que transformaram essa promessa em uma grande epopeia no Planalto Central.

Uma utopia, diga-se de passagem, aventada ao longo dos tempos, com as intervenções intelectuais e científicas de ilustres nomes. No século 19, tivemos as imperdíveis expedições, ao coração do Brasil, do engenheiro, historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagem - o Visconde de Porto Seguro - e do engenheiro e astrônomo belga Louis Ferdinand Cruls.

A primeira edição da Revista Brasília começou a circular em todo o país em janeiro de 1957 e passou a ser publicada mensalmente pela NOVACAP. Durante três anos ininterruptos, em um exercício de transparência e sensibilização do presidente JK, o periódico manteve a população brasileira informada sobre os andamentos das primeiras construções naquele imenso canteiro de obras a céu aberto no meio do cerrado.

O Governo do Distrito Federal, por meio da Casa Civil e do Arquivo Público do Distrito Federal, reedita em fac-símile o primeiro número da Revista Brasília. Podemos conferir na íntegra e intimidade daqueles que uniram em prol do progresso, os primeiros rabiscos de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e o início dos empreendimentos que se tornariam símbolos da nova capital, como o aeroporto da cidade e o emblemático Palácio de Tábuas, o Catetinho - primeira residência oficial de JK em Brasília. Enfim, a luta dos pioneiros para construir uma nova cidade.

São três mil exemplares que rememoram o nascimento de uma cidade por meio das páginas de um veículo que é sinônimo de história. Mais do que isso, de uma revista que, há 55 anos, é fonte fundamental de pesquisa sobre os primeiros anos de Brasília. Daí a importância da reedição e distribuição do periódico nas escolas e órgãos públicos do DF.

Com essa iniciativa, não queremos apenas prestar uma homenagem à Brasília e ao homem que a sonhou, mas também à história. Até porque, desconhecer o passado é viver à deriva no presente, sem perspectiva de horizonte no futuro.

Vida longa à Revista Brasília!

Swedenberger do Nascimento Barbosa

Chefe da Casa Civil do Distrito Federal

brasilíia

Publicação mensal

da

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Redação: AV. ALMIRANTE BARROSO, 54 — 18.º Andar

RIO DE JANEIRO

NUM. 1 | JANEIRO DE 1957 | ANO I

• Esta publicação aparece em consequência do art. 19 da Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956, que estatua para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) a obrigatoriedade de divulgar mensalmente os atos administrativos da Diretoria e os contratos por ela celebrados.

A administração da Companhia, ao providenciar o cumprimento daquele dispositivo, pareceu de conveniência aditar ao *Boletim*, a que a lei se refere, algumas páginas iniciais, com a forma usual e comum de revista, estampando-se nestas um noticiário, principalmente fotográfico, sobre a marcha da construção da nova Capital e as informações, de interesse, relativas ao mesmo empreendimento — de modo a manter o público sempre ao par do que se está realizando e do que se pretende fazer. Assim, as secções que já neste primeiro número apresentamos, mostrando as obras em andamento, os planos urbanísticos e arquitetônicos em estudo, noticiário, opiniões, etc.

Quanto ao *Boletim* propriamente dito, este constituirá a parte final, com a matéria que lhe é pertinente.

NOTAS

• A telecomunicação com a nova Capital é atualmente realizada por intermédio dos seguintes postos:

Serviço de Rádio, da Cia. Urbanizadora, no Rio; *Serviço de Rádio*, da mesma Cia., em Brasília, — PTC-3. Há também a *Rádio-Farol*, da Panair do Brasil S.A., cujo prefixo é ZZB.

• Para se ir a Brasília podem ser usadas as seguintes conduções:

Via aérea: aviões das companhias:

Lóide Aéreo

Real-Aerovias-Nacional (consórcio)

Vasp

Cruzeiro do Sul

Ferrovia: trens: Rio — Belo Horizonte — Goiânia — Anápolis.

Rio — São Paulo — Campinas — Araguari — Goiânia — Anápolis.

Rodovia: ônibus: Rio — São Paulo — Uberlândia — Goiânia — Anápolis.

De Anápolis a Brasília há, por enquanto, dependência de condução, que se cogita de estabelecer em forma regular.

• Eis a primeira carta que, pelo correio, via aérea, foi endereçada diretamente a Brasília. Remeteu-a o Sr. Joaquim L. Silva, de Xaxim, município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

“A MUDANÇA DA CAPITAL”

São do Senhor Presidente da República, em sua “mensagem de ano-bom” ao Povo Brasileiro, as palavras que abaixo reproduzimos. Não há expressões que mais fielmente traduzam o que a construção de Brasília e a mudança da Capital realmente significam para os interesses e para o progresso da Nação:

“Quero abordar, agora, meus patrícios, o problema da mudança da Capital para Brasília. Conheço as críticas aos trabalhos que vêm sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa Lei Magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político criador, um ato que, impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de apêrto. Em torno de nossa vastidão, os descampados, o país por conquistar, sítios admiráveis e, no entanto, nos agrupamos à beira do mar, espindo as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o oeste,

voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir, em voltar. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. E' a marcha para o interior em sua plenitude. E' a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso. Sei e medi todas as consequências dessa mudança da Capital. Não desconheço que acrescentei esforços e cansaças maiores aos duros trabalhos que pesam sobre os ombros do governo. Mas era preciso dar o passo decisivo. E o passo decisivo foi dado. Não se iluda ninguém: a Constituição será cumprida em benefício de todos do país e deste Rio de Janeiro, que nada sofrerá com a mudança, ao contrário, porque não é por ser a Capital da República que se expandiu esta cidade, hoje com raízes tão profundas e que continuará cada vez mais forte e mais bela.”



a uma sugestão de D. Helder Câmara, o Senhor Presidente concordou em que N. S. Aparecida, padroeira do Brasil, fôsse também a do novo Distrito Federal.

• No setor médico, vários trabalhos já foram realizados em Brasília:
— instalação de um posto médico do I.A.P.I.;

— detetização de todas as casas existentes na região, para extermínio de barbeiros e mosquitos, trabalho este realizado pelo Departamento Nac. de Endemias Rurais;
— construção de fossas higiênicas nos acampamentos dos operários, inclusive nos dos empreiteiros, de acordo com a orientação do SESP.

Dentro em breve, conexo com o Departamento Médico, estará funcionando o Hospital do I.A.P.I., dotado de todos os recursos médico-cirúrgicos.

• N. S. Aparecida será a padroeira da nova Capital. Esta decisão foi anunciada pelo Sr. Dr. Juscelino Kubitschek aos bispos e autoridades que recentemente estiveram no Catete tratando de problemas do Nordeste.

O padroeiro, conforme se havia cogitado antes, seria D. Bosco, ligado de modo especial à nova Capital. Mas, em atenção

A mudança da Capital

NA PRIMEIRA CONSTITUINTE REPUBLICANA

Reproduzimos nesta página o trabalho que, com o título acima, recentemente fez publicar no "Jornal do Brasil" o Sr. Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, acadêmico sociológico e historiador brasileiro.

Sobre a evolução histórica da ideia de mudança da Capital da República — desde a Conjura Mineira de 1789 até nossos dias — têm-se ultimamente divulgado curiosos e interessantes informes colhidos principalmente em vellos noticiários de imprensa e nos arquivos parlamentares do século XIX e dos princípios deste.

O trabalho do Dr. Barbosa Lima Sobrinho é uma contribuição valiosa para o estudo daquela evolução; faz retificações e adita esclarecimentos a uma das questões mais interessantes, qual foi o do projeto que deu causa, na Constituição de 1891, à introdução do dispositivo que pela primeira vez deu cunho official e obrigatório à mudança da Capital para o interior do país.

"Li, há dias, um apanhado histórico, a respeito da questão da mudança da Capital Brasileira para o interior do país. Embora realmente interessante o trabalho, permite algumas retificações. Como, por exemplo, quanto à marcha dessa ideia de mudança da Capital na Primeira Constituinte Republicana. Não foi Lauro Müller o autor da emenda apresentada, nem coube a Luiz Deifino falar em nome do Distrito Federal. Pelo menos, entre os 88 constituintes que subscreveram a emenda, Lauro Müller figura em quinto lugar.

Antes d'elle se apresentaram dois deputados de São Paulo, o Tenente-Coronel Joaquim de Souza Mursa e Rodolpho Miranda, e dois representantes de Santa Catarina, os Deputados Felipe Schmidt e Lacerda Coutinho. Quem falou em nome da bandeira carioca não foi Luiz Deifino, que era senador pelo Estado de Santa Catarina, mas seu filho Tomaz Deifino, Deputado pelo Distrito Federal.

Houve muita coisa antes da Constituinte e depois da proclamação da República. Pode-se dizer que a questão da mudança da Capital surgiu na Comissão dos Juristas, composta de Salbainha Marinho, Americo Brasileiro, Rantow Westrup, Rangel Pestana e Magalhães Castro. O artigo 2.º do projeto, elaborado pela Comissão dos Juristas, estava assim redigido:

"As antigas províncias são consideradas Estados; e o Distrito Federal, outrora Município Neutro, continuará a ser a Capital da União, até que o Congresso resolve sobre a sua transferência.

Parágrafo Único. — Escolhido para esse fim o território, onde o assentamento do Estado ou Estados de que houver de ser desmembrado, o referido Distrito será anexado ao Estado do Rio de Janeiro

ou formará novo Estado, conforme determinar o Congresso."

Submetido o projeto da Comissão dos Juristas ao estudo dos componentes do Governo Provisório, Rui Barbosa veto a discórdia do artigo que estabelecia a mudança da Capital. Suas emendas, porém, não mais de redação do que de substância. Não se alterou sensivelmente o parágrafo, nem dos projetos apresentados pelos Deputados de São Paulo e do Distrito Federal, que foram recomendados pelo Decreto n.º 31 e o redigido em decisão ulterior. "Se o Congresso resolver a mudança da Capital", era a fórmula adotada nos dois projetos, exigindo-se, também, em ambas, a concordância dos Estados de que se houvesse de desmembrar o território da Capital. Intereira-se, porém, a alteração na reincorporação do Distrito Federal ao Estado do Rio de Janeiro, decidindo-se, com a mudança da Capital, o antigo Município Neutro passaria a constituir um Estado independente.

No Conselho de 21, na Assembleia Constituinte, esse dispositivo provocou algumas emendas. Uma, por exemplo, de Virgílio Damásio, senador pela Bahia. Outra do representante Lader, do Estado do Rio. O representante fluminense pletiveira a reincorporação do Distrito Federal ao território do Estado do Rio. O Senador Virgílio Damásio traía a mudança da Capital do domínio das Constituintes para torná-la decisão definitiva da própria Constituinte, dizendo, na sua emenda: — "Fica, porém, desde já revogada a emenda do Sr. Damásio, que chama-se 'a Cidade "Tlindates"'. A Comissão dos 21 não aceitou nenhuma das duas emendas, nem a incorporação do Distrito Federal ao Estado do Rio,

nem a decisão definitiva da própria questão da mudança. Preferiu que o assunto viesse a ser decidido por uma assembleia, que dispusesse de mais tempo para o exame do referido assunto. Limitando-se a Constituinte não sómente a permitir a mudança, como também a forçar o debate sobre a matéria, que passaria a ser assunto da ordem do dia do Congresso, que se reunissem depois da Constituinte. "Se o Congresso resolver" — era o que continuava a dizer o projeto da Constituinte.

Dai a apresentação, em plêniário, de uma emenda, subscrita por 68 constituintes e encaminhada à Mesa da Assembleia pelo então Deputado Lauro Müller, embora a primeira assinatura da emenda fosse a do Deputado por São Paulo, o Tenente-Coronel Joaquim de Souza Mursa. Adotava-se, nessa emenda, a orientação já detestada, na Comissão dos 21, pelo Senador Virgílio Damásio. A mudança passava a ser uma decisão da Constituinte e não uma proposta para o pronunciamento ulterior dos Congressos Legislativos. Dizia a emenda: — "Fica pertencendo à União uma zona de 400 leguas quadradas, situada no planalto central da República, a qual será demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital da República. Lauro Müller declarava que tomava de fundamentar a emenda, para não tomar tempo ao Congresso, malícia que ficou subscrita conjuntamente com o ofício que a acompanhava, dirigido pelo Visconde de Porto Seguro ao Conselheiro Milton José Coelho de Almeida, então Ministro da Agricultura.

Entre os 88 signatários dessa emenda figuravam representantes de todos os Estados, exceto o Pará, o Maranhão, o Rio Grande do Norte e o Distrito Federal, sendo de admitir que não houvesse nenhuma intenção expressa de ausência, mas tão-sómente um desinteresse na obtenção das assinaturas. O grande contingente era o que vinha dos Estados do Sul Minas Gerais dava 17 assinaturas, num total de 40 representantes; São Paulo e Rio Grande do Sul tinham 12 cada um, com 12 de cada um deles. 50 fosse três Estados representavam quase a metade das assinaturas da emenda. Não se sabe se Lauro Müller se considerou com o campo da medida, a que emprestava o apoio de 6 dos sete representantes com que contava. Mesmo Goiás não se tão longe. Outro Estado, que se mostrava entusiasmado da medida, era o Piauí, com a presença, na emenda, de 2 de seus 7 representantes.

Essa emenda foi aprovada na sessão de 22 de dezembro de 1889. Pode-se dizer que a única restrição que elle encontrava dizia respeito, não propriamente à mudança da Capital, mas ao destino futuro do antigo Município Neutro, que os fluminenses pretendiam incorporar ao território do Estado do Rio. O discurso feito pelo Deputado carioca Tomaz Deifino acitava, de bom lenite, a ideia da mudança, que lhe parecia vantajosa para o Estado, inclusive para a própria cidade guianaburina, cujo título exaltava. Lembrava elle que "o Rio de Janeiro não é grande por ser a Capital; não precisa das corujas da Corte, nem de ser a sede onde se congregam os representantes dos Estados autônomos, por ser um dos maiores empórios comerciais do Brasil, uma das maiores cidades da América". Essa foi, aliás, a que foi traduzida, na Constituição de 1891, no artigo 2.º da Constituição em face de proposta, que parece ter reunido a unanimidade dos componentes daquela conspícuo assembleia.

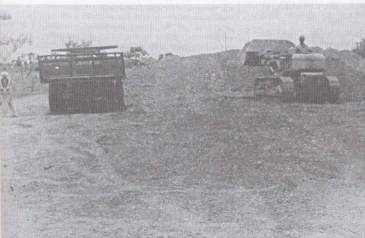


Uma alta cruz de madeira, destacando-se no azul de céu profundo, estalado em Brasília a presença do 1.º, os princípios cristãos do povo brasileiro.

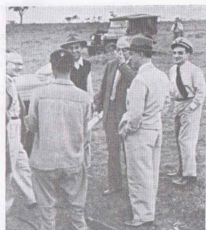
— Simbolicamente, a cruz sob o arco de construção do novo Capital, foi nos vulturas a profecia de São João Bosco, que, num dos seus famosos visões, em 1883, descreveu o futuro grandioso reservado ao Brasil e enviou, com máxima precisão, ao plênio central — entre os parâmetros de 15.º e 25.º, junto do litoral — o aparcamento da "Terça Prometida", de uma riqueza inconcebível; profecia que era feita realida. (Na foto, o Senhor Presidente da República, em companhia dos Srs. General Teixeira Lott, Governadores José Lacerda e Antônio Balduino, Ministro Luiz Meirelles, Dr. Israel Pinheiro, General Nelson de Azevedo, Dr. Almirante Pecheiro, Dr. Ernesto Silva, Dr. Bernardes Sayão, outras autoridades de uma recente visita a Brasília. Na quadriculário, o retrato de D. Bosco.)

A *marcha*

• O homem e a máquina em trabalho conjugado.



• Tratores e caminhões em plena atividade.



S. Ex. o Sr. Presidente da República e o Dr. Israel Pinheiro, Presidente da Cia. Urbanizadora da Nova Capital, em palestra cordial com engenheiros e operários.



• Prosseguem os serviços de terraplenagem e nivelção de áreas.



• Uma estrada vai sendo resgada...

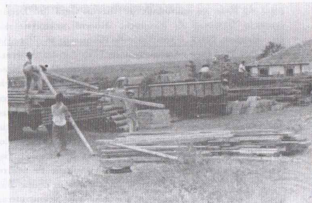


• Uma ponte de emergência, sobre um riacho, no seio verde da brenha.

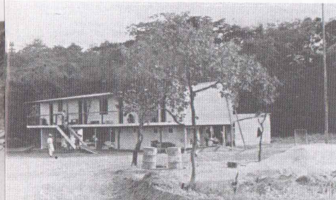
da construção de *Brasília*



• A primeira descarga de cimento em Brasília.



• Materiais que em breve se transformarão em edificações e benefiteiros.



• Um palácio provisório de madeira edificado, por iniciativa de amigos do Sr. Presidente da República, em pouco mais de dez dias.

HOMENS, máquinas, entusiasmo, ação. E Brasília é uma idéia que se concretiza, um empreendimento que avança em ritmo acelerado.

Governo e Nação ansiam por que se transformem em realidade os planos da nova *urbs* cuja edificação, no centro do território nacional, modificará profundamente o panorama econômico, social, político e administrativo do país. Aquêlle pôe todo seu esforço, dinâmico e patriótico, na abreviação da obra: a Nação acompanha com vivo interesse e confiança a execução do trabalho, ciente de que Brasília constitui a iniciativa mais acertada e mais oportuna para que o Brasil possa, de fato, progredir.

Nestas palavras do Senhor Presidente da República encontramos a síntese, o sentido integral da magnífica realização que ora tem lugar em pleno sertão brasileiro:

"A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso."

O DEPOIMENTO DE UM TÉCNICO

O Sr. Dr. Avelino Inácio de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, visitou em agosto do ano passado a região do novo Distrito Federal, para estudos, a convite do Dr. Ernesto Silva, então Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal.

De regresso, S. S.^ª deu-nos o resultado de suas observações no interessante resumo que a seguir estampamos:

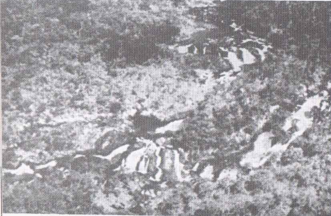
"Visitei no Planalto de Goiás a área da futura Capital do País, na qualidade de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, a convite do Dr. Ernesto Silva, Presidente da Comissão de Planejamento da Mudança e Construção da Nova Capital Federal, a fim de programar, juntamente com os meus auxiliares, os serviços a serem imediatamente iniciados naquela área, no setor de medições das descargas dos cursos d'água, quedas de chuva, energia hidrelétrica e de estudos geológicos: estes com o fim de completar a carta geológica e o conhecimento dos materiais para construção.

Levei para Goiás o espírito armado de dúvidas. Sabendo que a área apresenta a mesma geologia do centro de Minas Gerais e que se acha no divisor de águas das bacias Paranaíba e Tocantins, supunha que ia encontrar



Um pequeno maciço florestal em plena conexão de Brasília.

O rio Paranoá despeixa-se em belos e sucessivos "tombois".



divisando-se ao longe um horizonte, como se fosse um anel de colinas, a cercar a futura Capital, bastante afastado para dar um realce grandioso ao panorama.

O solo é revestido de um manto de campos naturais e algum "cerrado" que não o distingue de qualquer região do sul de Goiás ou Triângulo Mineiro. A mata, escassa, são negas diminutas de floresta na imensidão dos campos naturais.

O solo não é pedregoso e raramente se vê um afloramento rochoso. Quanto à sua fertilidade, cabe aos agrônomos dar opinião adequada. Pode não ser grande, mas pudemos verificar, em algumas fazendas, bons pântanos, que denunciam solo muito fértil, com pujantes

uma topografia áspera e agressiva, um solo saibroso e saário, um revestimento vegetal pobre e escasso, uma alarmante deficiência de água para o abastecimento de uma grande cidade, embora soubesse que o clima é bom.

Para surpresa minha, a região apresentava uma fisiografia suave, topografia ondulada e belo panorama. O centro geométrico, ponto culminante da futura cidade, tem a altitude de 1.172 metros. Tem-se a impressão de se achar no centro de uma calote esférica, de onde a superfície do solo cai lentamente para todos os lados,

árvores frutíferas, tais como laranjeiras, limeira, mangueira, marmeleiro, caféiro, jaboticabeira e romeira.

Salta de todos a pergunta: haverá água suficiente para o abastecimento? Para conforto, a resposta é positiva. Os córregos e riberões que drenam a área da futura Capital apresentam bastante água nesta época seca. O rio Paranoá, formado por êses cursos d'água, junto da área escolhida, mostrou-nos neste mês de agosto, em plena estação seca, uma vazão aproximada de 8 metros cúbicos d'água por segundo, isto é, mais água do que consome atualmente a cidade de São Paulo. Pode-se contar com cêrca 1,70 m de queda de chuva na região.

A cidade vai ser colocada na altitude em torno de 1.100 metros, no paralelo próximo de 16.^º S, correspondendo à cidade de Belmonte, no litoral. Terá um clima seco e ameno.

O imperativo da mudança da Capital Federal é determinado pela necessidade de colocá-la no interior do País, para onde convergirá a atenção ora concentrada no litoral, já, em certos pontos, sofrendo com a falta de recursos de várias naturezas, devido ao congestionamento de uma densa população. A área de melhores condições no seu conjunto quanto à altitude, clima, panorama, solo e água é a escolhida pela Comissão de Planejamento da Mudança da Capital Federal".

A Nova Capital e a Opinião Brasileira

"Não é um sonho a mudança da Capital para o interior: É um programa fundado no imperativo de se promover de todos os modos o progresso do hnterians" — Senador Apolinário Sales — Vice-Presidente do Senado.

"Considero de tanta importância a transferência da capital, que vou ao ponto de sustentar que poucos são os problemas nacionais cujas soluções não estejam vinculadas à interiorização do progresso brasileiro" — Deputado José Joffily.

"Considero a transferência da Capital para o Planalto de Goiás medida altamente patriótica. É o único meio de levar o progresso e a civilização às Regões do Interior do País". — Deputado Arruda Câmara.

"Sempre fui favorável à transferência da Capital da República para o Planalto de Goiás e, hoje, mais do que nunca, a mudança do Distrito Administrativo é um imperativo da própria realidade brasileira" — Deputado Dinoraz Côrtes.

"Sou antigo e sincero adepto da tese da mudança da Capital e isso manifestei mais de uma vez da tribuna da Câmara. Considero que tanto do ponto de vista político como do econômico a interiorização territorial do governo Federal é indispensável para que se inicie uma nova era de paz e prosperidade para o Brasil!" — Deputado Afonso Arinos.

"Mudemos quanto antes a Capital, não apenas para cumprir um imperativo constitucional, mas, e principalmente, para criarmos,

no País, um verdadeiro centro de equilíbrio econômico, financeiro e social em nossa Pátria". — Deputado Campos Vergel.

"A iniciativa da mudança da Capital Federal para Goiás responde à velha aspiração do povo brasileiro que nunca pôde compreender frouxas tentativas de conexão da Pátria". — Deputado Vieira de Melo.

"Sempre sustentei que a mudança da capital do País para o Planalto Central seria de suma importância para os interesses nacionais, entre os quais resulto a interiorização da civilização brasileira". — Deputado Hermes Pereira de Sousa.

"Realmente, a interiorização da Capital, dispositivo constitucional antigo, é um imperativo da hora presente. Aspiração antiga do nosso povo do interior, determinativo de três constituições federais, é hoje vontade concreta de todo o povo pátrio". — Deputado Leonardo Barbieri.

"Não posso absolutamente endossar uma opinião de que o consêrio (do Rio) tenha sofrido um abalo com a questão da mudança da Capital Federal, ou que esse problema esteja na primeira linha das preocupações do comércio, no momento atual!" — Rui Gomes de Almeida, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

"A idéia da interiorização de nossa Capital da República, se não pudesse ser defendida por argumentos irrefutáveis, de índole

Es algumas opiniões emitidas por destacadas figuras do cenário político e dos meios intelectuais do país, bem como por abalizados órgãos de nossa Imprensa, a respeito da nova Capital:

geopolítica e geoeconômica, assim mesmo teria a seu favor a força de representar a continuidade de uma aspiração nacional realmente impressionante" — Correio Paulistano — São Paulo.

"Certo que se inicia agora, com as providências efetivas do Governo da República para a instalação da Capital Federal no planalto Goiano, a verdadeira, a legítima, a necessária marcha para o Oeste" — Orestes Siqueira — Folha da Tarde — São Paulo.

"A mudança da Capital da República para o chapadão do Planalto Central de Goiás, para mim, sempre assentou de palpitante interesse e de grande brasilidade" — Augusto de Sousa — A Gazeta — Vitória.

"Mudemos, sim, a Capital Federal para o Planalto Central. Levemos a civilização até o coração das selvas, onde o futuro haverá de conhecer a presença do nosso gênio criador de bases de força vencedora de todos os obstáculos" — O Dia — Curitiba.

"É indiscutível a significação da mudança da Capital Brasileira, que no Planalto Central de Goiás encontrará a sua verdadeira posição geoeconômica" — Diário de Minas — Belo Horizonte.

"A mudança da Capital representa uma obra desse alcance que a geração atual precisa legar à geração futura, como uma das suas grandes construções — talvez a maior — para o engrandecimento nacional" — Brasília Machado Neto — A Tarde — Salvador.

Arquitetura e Urbanismo da Nova Capital

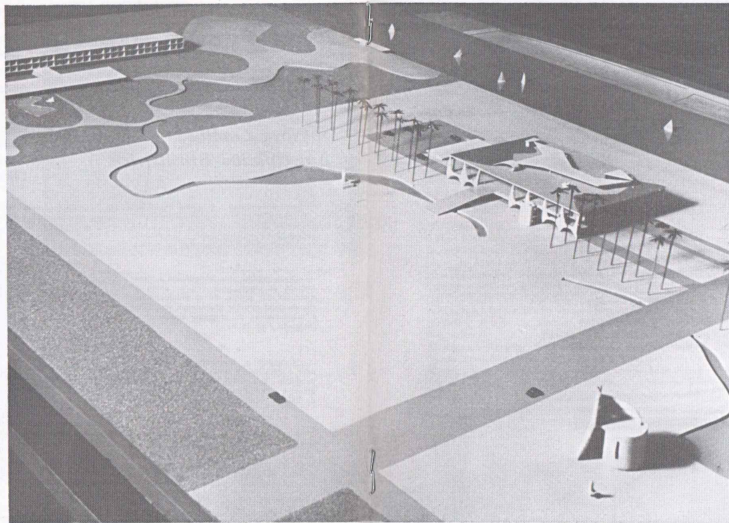
O Departamento de Urbanismo e Arquitetura da CUNCB (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), constituído de profissionais de reconhecida competência, está sob a chefia do engenheiro Oscar Niemeyer, um dos pioneiros da mais avançada arte arquitetural de nosso tempo.

As atribuições do Departamento, são importantes e variadas. Visam sobretudo a dar assistência técnica às atividades que a Companhia desenvolve no plano urbanístico e arquitetônico da nova Capital, desde a organização do Plano Piloto, com as respectivas normas e critérios a serem obedecidos, até os projetos fundamentais a serem desde logo postos em execução em Brasília, tais como o Hotel, a Residência Presidencial, o Palácio de Despachos, a Capela, etc.

Atualmente, além de pequenos projetos de caráter provisório, o Departamento se ocupa ativamente dos detalhes daquelas importantes obras acima referidas, notadamente o Hotel e o Palácio Presidencial, ambos em caráter definitivo e dotados de todo o conforto que os recursos da vida moderna podem oferecer.

Com a confecção desses dois projetos, Oscar Niemeyer alcança mais um êxito em sua carreira, que vem desde as concepções arquitetônicas da Pampulha ao Museu de Caracas, passando pelo edifício das Nações Unidas em Nova Iorque, o Parque Ibirapuera e dezenas de belas realizações avulsas em Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Berlim.

Os anteprojetos para as duas obras citadas de Brasília representam um marco



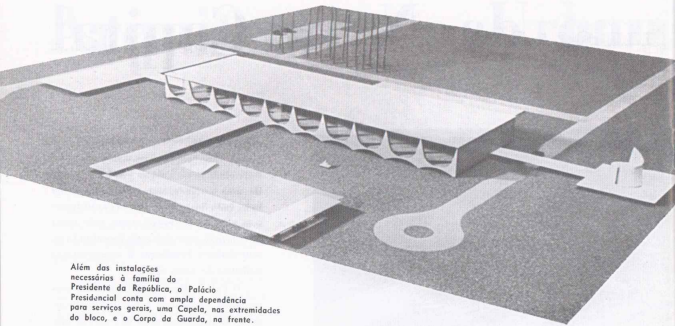
definitivo não apenas na arte de Niemeyer ou na arquitetura brasileira, mas na arquitetura contemporânea mundial. Ali, a sensibilidade de nosso patricio, sua capacidade inventiva, sua busca de novas formas e soluções cristalizam-se numa harmonia de linhas e ritmos de grande

beleza, ao lado dos aspectos humanos e funcionais que não poderiam ser esquecidos. Raramente se terá projetado, na longa história da arquitetura, uma obra como esta que, sendo suntuosa, como deve ser um Palácio Presidencial, tenha também atingido um nível poético e uma

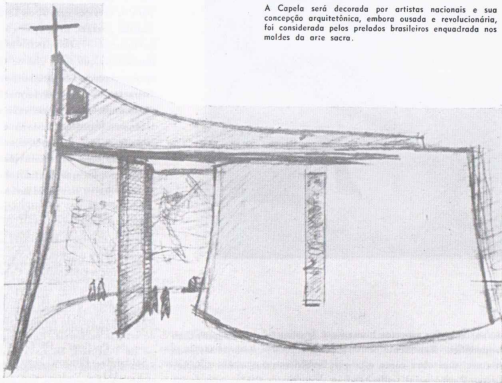
dignidade plástica tão acentuados. Há uma grande simplicidade, uma elegância e uma serenidade nesse Palácio — tudo isto a par de uma pujança, uma afirmação no seu todo, indo dos notáveis *pilotis* às estruturas e às soluções de espaço, o que tudo torna esse projeto uma das mais inconfundíveis contribuições brasileiras à caracterização estilística de nossa época.

O Palácio Presidencial, além das acomodações necessárias à família do Presidente da República, salas de estar, de música, de recreio, biblioteca, etc., será provido de uma parte independente, destinada ao expediente administrativo de Governo, uma pequena capela e, bem assim, locais para os serviços gerais, ou sejam: casa da guarda, garages, depósitos, etc. Terá dois pavimentos e nele predominará a linha horizontal, que uma grande colunata deverá enriquecer. Separadas por espaços de 10 metros, as colunas formarão um conjunto único, ligadas que serão umas às outras por elementos curvos que ajudarão a manter o prédio 1,30 metros acima do solo. Por outro lado, as terminações em ponta, tanto no piso quanto na cobertura, têm como objetivo dar mais leveza à construção que parecerá simplesmente pousada sobre o terreno. Nos extremos do bloco, a lage do primeiro piso passará a constituir, de um lado, a cobertura dos serviços gerais e, do outro, a esplanada da Capela — velha tradição das nossas casas senhoriais.

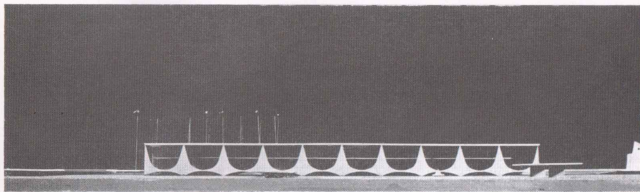
O prédio, que já se encontra em construção, será servido de obras de arte, todas de artistas nacionais. Entre outros, cogita-se de Portinari, Di Cavalcanti, Firmino Saldanha, Emeric Mercier, Milton Ceschiatti, José Pedrosa e Franz Weissmann.



Além das instalações necessárias à família do Presidente da República, o Palácio Presidencial conta com ampla dependência para serviços gerais, uma Capela, nas extremidades do bloco, e o Corpo de Guarda, na frente.



A Capela será decorada por artistas nacionais e sua concepção arquitetônica, embora ousada e revolucionária, foi considerada pelos prefeitos brasileiros enquadrada nos moldes da arte sacra.



Este perfil do anteprojeto mostra o ritmo das colunas, separadas uma do outro pelo espaço de 10 metros. A construção, de dois pavimentos, eleva-se 1,30 acima do solo e a beleza dessa solução constitui um dos pontos altos da arquitetura contemporânea.

Mais de 60 arquitetos e urbanistas brasileiros inscreveram-se no Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital, cujo edital foi publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 1956.

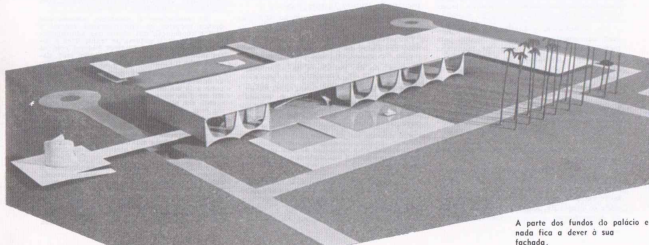
Os trabalhos deverão ser entregues até 11 de março próximo, após o que a Comissão Julgadora terá de examiná-los e manifestar-se quanto ao mérito dos mesmos.

É a seguinte a lista dos profissionais inscritos:

Alberto Badra; Miguel Badra Júnior e Cia. Ltda.; Alfeu Martini; Avdill Gumpoldo Ferreira de Souza; Boruch Millman; Carlos Carvalho Monteiro; Carlos Eugênio de Alcântara e Almeida Magalhães; Carlos Frederico Ferreira; Companhia Brasileira de Engenharia; Construtora Duchon Ltda.; Construtécnica S.A. Comercial e Construtora; Dêlio Ribeiro de Sá; Dylvarado da Silva e Souza; Edgar Rocha Souza; Ernani Mendes de Vasconcelos; Euripedes Santos; Flávio Amílcar Regis do Nascimento; Flávio Marinho; Hégo Paixão; George Abraham Goldeberg; Geraldo Prado Guimarães; Gustavo Gama Monteiro; Henrique E. Millin; Inácio Chaves de Moura; João Alfredo Ortigão Tiedemann; João Khair; Jorge Sirtio de Vives; Jorge Wilhelm; José Arthur Fontes Ferreira; José Eugênio Prestes de Macedo Soares;

José Geraldo da Cunha Camargo; José Leite Cesarino; José Marques Sarabanda; José Octacílio de Saboya Ribeiro; Júlio José Franco Neves; Lúcio Costa; Luiz Carlos de Moura; Luiz Mário Sarmiento Brandão; Luiz Saia; Marcelo Roberto; Maurício Dias da Silva; Nelson Machado; Olavo Redig de Campos; Organização e Engenharia S.A.; Oswaldo Corrêa Gonçalves; Paulo Antunes Ribeiro; Paulo Barbosa de Magalhães; Paulo de Camargo e Almeida; Pedro Carlos Tavares; Pedro Coutinho; Pedro Paulino Guimarães; Reduto Engenharia e Construções Ltda.; Reynaldo Marques Berutto; Rino Levi; Rubens Gouveia Carneiro Viana; Sônia Marlene de Paiva; Stan Ltda.; Ulysses Petrólio Burlamaqui; Vigor Artes; Walter Goytacez Cavalheiro; Raphael Hardy Filho; Jayr Brasil de Carvalho; Jayme Kriz; e Rubem de Luna Dias.

Participarão da Comissão Julgadora os seguintes profissionais estrangeiros: Sir William Halford, professor de urbanismo em Londres; André Sive, urbanista francês, ligado ao grupo Le Colusier, que acaba de concluir importante plano para o Sarre, e Stamo Papadaki, conhecido arquiteto e urbanista que recentemente visitou o Brasil.



A parte dos fundos do palácio e nada fica a dever à sua fachada.

Considerando que tal medida é de indisfarçável interesse para todo o país, pois forçará o deslocamento de considerável corrente demográfica para o interior e com isto, desafogando o congestionamento do litoral, como que reencontrará a marcha dos Bandeirantes, estendendo, de fato, as nossas fronteiras econômicas aos limites geográficos do território pátrio e estabelecendo, em sentido verdadeiramente nacional, a irradiação do progresso do centro para a periferia;

Considerando que, cabendo a Goiás, por uma fatalidade geográfica, vir a ter dentro do seu território o futuro Distrito Federal, desse acontecimento lhe advirão inegáveis e diretos benefícios, cujos efeitos se propagarão a toda a região central do país;

Considerando que se torna, por isto, dever do Estado de Goiás cooperar estreitamente com os órgãos federais, a fim de criar facilidades que assegurem a marcha ininterrupta do grandioso empreendimento; e, finalmente,

Considerando que, para tanto, se impõe, de imediato, adoção de providência que coíba

a especulação em torno das terras compreendidas dentro do perímetro escolhido e já demarcado para a Nova Capital da República.

RESOLVE:

Com fundamento no Decreto-lei federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, e especialmente no art. 141, § 16, da Constituição Federal:

Art. 1.º — Fica declarada de necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social, para efeito de desapropriação, a área destinada à Nova Capital Federal, e que, já escolhida e demarcada pela respectiva Comissão de Localização, dentro dos limites abaixo descritos, será oportunamente incorporada ao domínio da União: — “O perímetro começa no ponto de lat. 15º 30’ S. e Long. 48º 12’ W. Green. — Dêsse ponto segue para Leste pelo paralelo de 15º 30’, S. até encontrar o meridiano de 47º 25’ W. Green., para o Sul, até encontrar o Talweg do córrego Santa Rita, afluente da margem direita do Rio Prêto. Daí pelo Talweg do citado córrego

Santa Rita até a confluência deste com o Rio Prêto, logo a jusante da Lagoa Feia. Da confluência do córrego Santa Rita com o Rio Prêto, segue pelo Talweg deste último, na direção Sul, até cruzar o paralelo de 16º 03’ S. Daí, pelo paralelo 16º 03’ na direção Oeste até encontrar o Talweg do Rio Descoberto. Daí, para o Norte, pelo Talweg do Rio Descoberto até encontrar o meridiano de 48º 12’ W. Green. — Daí, para o Norte, pelo meridiano de 48º 12’ W. Green, até encontrar o paralelo de 15º 30’ S., fechando o perímetro”.

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 30 de abril de 1955, 67.º da República.

JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA.
Sebastião Dante de Camargo Junior.
José Peizoto da Silveira.
José Feliciano Ferreira.
Irani Alves Ferreira.
Luiz Angelo Milazzo.
Jayme Câmara.



O gráfico mostra a posição de Brasília no planalto central brasileiro e as distâncias a que se acha das Capitais dos Estados e Territórios.